

Meritocracia: uma ideologia em prol do Neoliberalismo

Meritocracy: an ideology in favor of Neoliberalism

Meritocracia: una ideología a favor del neoliberalismo

Cristina Gonçalves de Abrantes*
Maria da Graça Marchina Gonçalves**

Resumo

Este artigo visa mostrar como a meritocracia é uma ideologia que se imbrica no sistema capitalista neoliberal e promove a manutenção do status quo. Busca-se desnaturalizar a lógica meritocrática que se apresenta como inerente ao funcionamento social. Ela é mascarada pela aparência de ser a única proposta adequada para categorizar os sujeitos em seus devidos lugares, em uma sociedade de classes. A complexidade desse fenômeno, que se apresenta em um discurso lacunar, permite que sejam analisadas as brechas em que o próprio discurso meritocrático falha. Neste artigo, nos debruçaremos sobre tais lacunas, e verificaremos como essa ideologia, fundamentada pela lógica liberal, promove a legitimação das disparidades sociais. Para fazer essa análise, é necessário se esquivar da lógica individual, e verificar como, coletivamente, são produzidas e se mantidas superestruturas sociais que configuram as dimensões subjetivas da realidade. Não se propõe, portanto, um olhar ingênuo às estruturas sociais como “algo dado”, e sim construído pelos agentes sociais que estão atravessados pela ideologia vigente.

Palavras-chave: Meritocracia; Ideologia; Neoliberalismo.

Abstract

This paper aims to show how meritocracy is an ideology that is built-in the neoliberal capitalism and how it maintains the status quo. It seeks to

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6891-2239>. E-mail: cristinadeabrantes@gmail.com

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6930-9052>. E-mail: grajota@uol.com.br

Agências de fomento: CAPES, PUC-SP.

denaturalize the meritocratic logic that presents itself as inherent to social functioning. Meritocracy is masked by the appearance of being the only appropriate proposal to categorize people to their standing in a class society. The complexity of this phenomenon, which is presented in a lacking discourse, allows one to analyze the gaps in which the meritocratic discourse itself fails. We intend to inspect such gaps, and see how this ideology, based on the liberal logic, promotes the legitimation of social disparities. In order to carry out this analysis, it is necessary to avoid the individualistic logic, and also to verify how social superstructures that compose the subjective dimensions of reality are produced and maintained collectively. Therefore, we do not propose a naive portrait of social structures as straightforward, but forged by the social agents who are mingled with the prevailing ideology.

Keywords: Meritocracy; Ideology; Neoliberalism.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mostrar cómo la meritocracia es una ideología que se inserta en el sistema capitalista neoliberal y promueve el mantenimiento del status quo. Buscamos desnaturalizar la lógica meritocrática que se presenta como inherente al funcionamiento social. Está enmascarado por la apariencia de ser la única propuesta adecuada para categorizar los asuntos en su lugar apropiado, en una sociedad de clases. La complejidad de este fenómeno, que se presenta en un discurso lacunar, permite analizar los vacíos en los que falla el propio discurso meritocrático. En este artículo examinaremos estas brechas y veremos cómo esta ideología, basada en la lógica liberal, promueve la legitimación de las disparidades sociales. Para realizar este análisis es necesario evitar la lógica individual y verificar cómo las superestructuras sociales que configuran las dimensiones subjetivas de la realidad se producen y mantienen colectivamente. Por tanto, no proponemos una mirada ingenua a las estructuras sociales como determinado, sino construidas por agentes sociales atravesados por la ideología imperante.

Palabras clave: Meritocracia; Ideología; Neoliberalismo.

Para que se compreenda a instauração e a perpetuação da meritocracia em nossa sociedade neoliberal, é necessário retomar brevemente a história da ascensão do capitalismo e os valores produzidos nesse sistema. Por esse motivo, o texto que segue retomará o nascimento do sistema e os valores meritocráticos imbricados na concretude. Seguidamente, serão apresentados como os valores neoliberais acabaram por não apenas justificar a desigualdade social, mas produzir o esvaziamento da esfera política

e a redução do sujeito ao capital humano. Depois, trabalharemos como a meritocracia e o neoliberalismo se constituem e, por fim, será defendida a meritocracia como ideológica, portanto, ilusória.

Com as revoluções burguesas, as pessoas não tinham mais seu lugar social determinado pela nasçença, e cada um seria livre para fazer seu próprio destino. Todos são iguais em termos de possibilidade para ascensão, já que não estão mais determinados pelo próprio nascimento, e sim condicionados ao próprio esforço e capacidade. Essa ruptura de paradigma funda certa concepção de justiça, já que, a rigor, o resultado do lugar social que aquele sujeito ocupa seria proporcional ao seu mérito, ou seja, à soma da capacidade e do esforço daquele indivíduo.

Essa lógica tem seu valor central pautado no individualismo, cuja premissa é que cada indivíduo é um ser moral que possui direitos. A ideia central, então, é de que há liberdade, igualdade e fraternidade entre todos, havendo direito à propriedade privada e à segurança (Bock, 2007).

Aqui também cabe lembrar que quem cunha esses valores é a classe burguesa, mas que são difundidos como valores partilhados por todos. Esse movimento busca novamente ocultar diferenças de classes e, para isso, propaga-se o valor meritocrático. Logo, se todos são iguais, todos têm potencialidade para alavancar recursos. Sendo assim, por essa ideologia, o que causaria a diferença entre os membros da sociedade não seria a estruturação capitalista, que visa acumular bens e riqueza, mas sim o esforço individual de cada um (Gonçalves, 2007).

Mas, se antes o mundo garantia determinado lugar para cada um por sua nasçença, agora seria necessária a participação no mercado, implicando exploração de matéria-prima, produção de mercadorias e venda, e os atores sociais seriam produtores e consumidores (Gonçalves, 2007).

Nesse paradigma, assume-se a condição de poder ser, pensar e fazer como indivíduo e, para isso, seria necessário escolher. Quando o indivíduo escolhe dentre várias possibilidades, diferencia-se dos outros que escolheram outras coisas. Isso, aos poucos, vai gerando uma noção de individualidade, ou seja, aquilo que sou eu e não o outro, aquilo que é meu e não do outro. É dessa forma que capitalismo e individualização se fundem, se constituem e se alicerçam um no outro.

No entanto, foi a partir da noção de diferenças individuais, que o liberalismo, inerente ao capitalismo, passa a produzir argumentos para justificar as desigualdades sociais, já que a igualdade era um princípio da sociedade que deveria se apresentar igualitariamente a todos. Nesse sentido, como cada um é diferente, cada um usaria ou desperdiçaria suas próprias capacidades pela potencialização ou mau uso de seus próprios esforços. Está aí a premissa meritocrática imbricada nos valores liberais (Bock, 2007).

A história do liberalismo se desenvolveu e se complexificou ao longo dos anos. Concordamos com Gonçalves (2010) ao afirmar que:

[...] o neoliberalismo se configura como um liberalismo empobrecido e muito mais perverso porque abre mão até mesmo daquele indivíduo livre e igual a outros que o liberalismo proclamava, na medida em que aceita como inexoráveis, mais do que naturais, as leis de mercado e a desigualdade (Gonçalves, 2010, p. 52).

Daí vale ressaltar que embora a meritocracia esteja imbricada, em suas raízes na sociedade capitalista liberal, ela vai se sofisticando na história do neoliberalismo. A máxima de mais mercado e menos Estado, por exemplo, acabou contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais, melhor descritas adiante, já que a lógica de maior acúmulo de capital é o que impera, a despeito de uma pior distribuição de renda. Os valores individualistas, mais exacerbados aqui, se contrapõem à própria noção de direitos sociais, que sem a devida luta, tendem a se enfraquecer pela falsa premissa meritocrática de que todos podem acessar a tudo pela via do mercado.

Nesse sentido, concordamos com Brown (2019), para quem o neoliberalismo se manifesta como uma nova racionalidade política, pois os princípios do mercado se tornam princípios dos governos, circulando também em instituições e entidades de toda a sociedade. Dessa forma, todo governo é para os mercados e pelo princípio dos mercados, ao mesmo tempo que eles são construídos, viabilizados e amparados por instituições políticas. Assim, os sujeitos que vivem nesse regime não mais trocam e buscam satisfazer suas necessidades, mas agora competem e aprimoram seu eu, reduzido ao capital humano. Isso quer dizer que se transformam

em peças do sistema, destinados a trabalhar para o acúmulo de capital. Essa sociedade individualista e não emancipada leva cada vez menos em consideração a ética ou a política.

No neoliberalismo, haveria também uma mistura tóxica do niilismo, fatalismo e ressentimento, atacando-se o político e o social, e havendo a valorização do mercado e da moral. O niilismo não produziria os fins dos valores, e sim a desvalorização dos valores, que são desatracados de seus fundamentos. Os valores fundamentais, como a democracia, a verdade, a responsabilidade ou a razão, não desaparecem à medida que perdem seus fundamentos, mas se tornam triviais, superficiais, fungíveis e de fácil instrumentalização. Isso vai gerando uma espiral infinita que molda a cultura e a subjetividade política (Brown, 2019).

O dado economicista do neoliberalismo acelera ainda mais o niilismo da nossa era pelo alastramento do empreendedorismo, monetização e financeirização de todos os aspectos da vida humana. Conforme os sujeitos neoliberais vão se tornando capital humano, seu íntimo vai sendo constituído da mesma maneira, naturalizando o que Brown (2019) chamou de “venda da alma”. A sociedade, imersa nos prazeres e estímulos da mercadoria capitalista, e com a experiência de negligência social e política, aceitaria cada vez mais os crimes e escândalos dessa mesma sociedade (como a própria perversidade da monetização total do sujeito).

Além disso, a desigualdade social também se aprofunda pelo fato de não haver quase nenhuma atividade da vida humana que não seja estriada por classes e que tenha acesso que não dependa do dinheiro. Este passa a determinar as experiências objetivas e subjetivas dos sujeitos, em seus corpos e suas mentes, todos os dias de suas vidas. Ele determina se, do que e de quantas vezes a pessoa irá se alimentar; se, onde e como morará; como vai se vestir, como se locomoverá e em quais condições se transportará; e como vai se portar e se relacionar com outros.

Essas experiências são cada vez mais intensificadas à medida que se privatiza o público (parques, transportes, eletricidade, entre outros), pois, agora, aquilo que era direito passa a ser mercadoria e, portanto, necessário de ser comprado. Por isso, pode-se dizer que, no contexto neoliberal, vive-se em uma cidade-mercadoria. Morar na cidade seria um direito, mas

privatizam-se serviços da ordem de sobrevivência (moradia, luz, água, transporte, educação, saúde e previdência). Isso transforma a lógica de sujeito como cidadão e ser de direitos, em indivíduo-consumidor.

Dessa forma, a condição de consumidor antecede à de cidadania. O ser e ter se equivalem, e há a ilusão da escolha, pois parece que o sujeito pode decidir sobre sua própria vida no âmbito individual, mas ela está enredada pela lógica do consumo e por estruturas sociais que a determinam. Por essa mesma lógica, o Estado deve regular minimamente a sociedade, pautando-se na livre lei de mercado. Esses valores reconhecem a propriedade privada e as riquezas pessoais como aspectos que compõem o sujeito, e não os sujeitos como seres que compõem a sociedade.

É nessa medida que se torna necessário que se consuma o tempo todo, pois é através do consumo que o homem se torna cidadão e ganha pertencimento à realidade. E, nesse sentido, concordamos com Furtado e Svartman (2009), para quem os objetos de consumo perdem rapidamente seu poder de sedução, e a humanidade passa a enfrentar essa contradição, na medida em que, ao necessitar dos objetos, esses perdem seu poder valorativo e são substituídos por novos objetos fetichizados, de forma contínua e repetida.

Nesse sistema, há ainda a ideologia da eficiência e racionalidade do mercado econômico em contraponto à ideia da incompetência e falência do Estado. A meritocracia sustenta esse pilar na medida em que o cidadão-trabalhador passa a comprar seus direitos. Reduzem-se aqui os direitos trabalhistas, os benefícios sociais, e reforma-se a previdência para que a lógica mercadológica tome a frente.

Assim, nessas condições, a maioria dos sujeitos, se aglomera em longas filas de espera, buscando comprar a própria saída pelo sofrimento produzido socialmente e sintetizado nos próprios corpos. Essa desigualdade, carregada de suas expressões de dominação, tem em seu âmago a possibilidade da emergência do ressentimento, do rancor, da humilhação e da vingança (Brown, 2019).

Isso quer dizer que a privatização e a legitimação da desigualdade tornam as injustiças ainda mais perversas e mais presentes na vida cotidiana do que em qualquer outro momento histórico, até mesmo no próprio

feudalismo. Isto porque nos acostumamos com os preços dos serviços, com os diferentes acessos à educação, saúde e moradia, nos tornando ainda mais feudais do que democráticos em nossa própria subjetividade (Brown, 2019).

Como o individualismo é, portanto, fundamental na sociedade neoliberal, fragmenta-se a consciência de classe, que é substituída e totalizada pela “consciência de eu”; ou seja, há menor identificação coletiva e baixo engajamento na luta para transformações sociais, já que há o entendimento de que a responsabilidade total pelo sucesso ou fracasso é pessoal. Nessa perspectiva, a autoajuda é bastante valorizada, pois proclama a autossuficiência para a felicidade pessoal e hedonismo, através da racionalização em detrimento das emoções. Por esse motivo, vive-se o valor do marketing de si mesmo, em que as aparências de sucesso antecedem qualquer vestígio de fracasso pessoal. Nesse sentido, há necessariamente a capitalização de todos os aspectos da vida humana e a supervalorização do trabalho, inerente à identidade do sujeito neoliberal. Todo esse contexto gera formas de relações pautadas no mercantilismo, egocentrismo, competição, alheamento e coisificação (Abrantes; Enéas, 2018).

Então, para aprofundarmos a discussão das condições objetivas e subjetivas que constituem o neoliberalismo na direção dos objetivos deste trabalho, buscaremos, a seguir, nos debruçarmos sobre a seguinte pergunta: *Como a meritocracia e o neoliberalismo se constituem?*

NEOLIBERALISMO E MERITOCRACIA

Para além da dinâmica de consumo, podemos pensar nas contradições capitalistas voltadas ao merecimento propriamente. Tendo como definição de meritocracia a recompensa merecida pelo esforço e/ou capacidade de alguém, podemos perceber que ela se associa a um sistema de seleção baseado em uma lógica administrativa que busca premiar e contemplar quem merece em detrimento de quem não merece. Essa lógica aponta para uma dinâmica competitiva entre indivíduos ou grupos, por isso, para ser recompensado não bastaria ser “bom”, mas “o melhor”, segundo os critérios impostos. A lógica competitiva contradiz a lógica cooperativa, o que vai ao encontro do contexto neoliberal, que necessariamente fragmenta

as sociedades e coletividades em micropartículas voltadas a si mesmas, e perpetua a manutenção do *status quo*, pelo enfraquecimento e invisibilização da dimensão coletiva e social.

Então, concordamos com Barbosa (2014), para quem a ideologia da meritocracia estabelece a competição onde não existia, e passa a ser injusta, porque não reconhece e retribui o trabalho de todos, sendo uma nova forma de exploração e exclusão. Isso é evidenciado quando o discurso meritocrático se impõe como um estímulo, um instrumento para se fazer mais e melhor, pois os indivíduos se sentiriam recompensados pelos esforços despendidos e gratificadas pelo seu reconhecimento público.

Assim, a meritocracia parece esgotar a explicação de que as pessoas merecem alguma recompensa em detrimento de outras porque se sobressaíram em alguns critérios. No entanto, sua real função é perpetuar o funcionamento do sistema econômico vigente, dificultando transformações. É importante que os corpos pertencentes a esse sistema sejam dóceis na aceitação desses valores para que possam produzir e alimentar a engrenagem macrossocial de acúmulo de capital e, como consequência, amplia-se a desigualdade social.

Esses sujeitos, alienados em alguma medida pela fragmentação da consciência, forjada aos moldes capitalistas, se relacionarão com a realidade a partir do que aparenta, de como se mostra, e não com a realidade em si, tal como é, com suas contradições e movimento constante. Esses esquemas, alicerçados nas diversas instituições dessa sociedade, sejam elas familiar, escolar, ou de trabalho, afetarão diretamente a constituição da singularidade do sujeito. Ele precisa crer que suas competências, através do trabalho duro, o levarão a uma “vida de sucesso”.

É a partir dessa crença que o sujeito vai se relacionar com o mundo, e se comportar a partir da lógica da eficiência. Quando os membros da sociedade agem sob essa perspectiva, garante-se uma produção elevada, favorecendo a acumulação de capital e acarretando o bom desenvolvimento do sistema, ao mesmo tempo em que se justifica a desigualdade. Em paralelo, se dá a exaustão dessas pessoas, além da frustração da maioria que não consegue a recompensa, mas entendem que não “mereceram”, já que são insuficientemente competentes.

O discurso meritocrático se pauta na ideia de que a zona de conforto é ilusória, gerada pela falta de cobrança de resultados, mas levando a consequências negativas para aqueles que não entregam o previamente estabelecido ou que não fazem cada vez melhor. Ter sistemas que mensurem adequadamente o que deve ser feito é fundamental, segundo essa ideologia. Isso quer dizer que pelo viés meritocrático se acredita que se não houver um sistema de recompensa e punição a partir da entrega de cada um, todos fariam o mínimo possível (Barbosa, 2014).

A crítica a esse posicionamento é que a meritocracia pode ser uma ameaça que promove a competitividade extenuante, levando à exaustão e sentimento de fracasso individual, já que sempre haveria vencedores e perdedores. Isso acontece porque o próprio sistema não pode comportar o que promete: “bons resultados para bons trabalhadores”, visto que apenas “os melhores” seriam premiados, e não todos os bons.

No entanto, para que haja a manutenção do *status quo*, as condições de exploração são maquiadas pela premissa da igualdade. A igualdade social aparece como igualdade de oportunidades ou mesmas condições iniciais para todos, apesar de os indivíduos pertencerem a grupos sociais com diferenças econômicas, sociais e raciais que tornam as condições de partida desiguais. Mas pouco se olha para a desigualdade por esse viés. A premissa que costuma justificar as disparidades sociais tem maior base na ideia de que há diferentes competências de cada um. Isso levaria a resultados distintos, mas necessários para a própria dinâmica da sociedade capitalista, legitimando as disparidades sociais pelo véu da meritocracia.

Nesse sentido, será discutida, a seguir, a noção de meritocracia como ideologia em seu sentido marxista. Para isso se justificará, de forma histórica, como tal ideologia atua na manutenção do *status quo* e privilegia somente os interesses das classes dominantes.

MERITOCRACIA E IDEOLOGIA

Podemos compreender ideologia, sob o viés marxista, por um conjunto de representações imaginárias e de ilusão sobre o real, havendo a legitimação do interesse das classes dominantes e a manutenção do *status*

quo, já que é a existência material que determina formas de consciência, e não o contrário. Concordamos com Chauí (2017), para quem a ideologia justamente faria o papel de inverter essa lógica, de forma que a imagem (a ideia) parece anteceder o real (o material). O mundo passa a ser representado pela autonomia das ideias, descontextualizando-as de sua dimensão social e histórica. Tais ideias passam a ser naturalizadas e generalizadas universalmente, estruturando-se de forma doutrinária como verdades incontestáveis. Ao negar o contexto de onde surgem as ideias, a ideologia apresenta uma série de lacunas, omissões e não ditos, negando antagonismos sociais. Isso gera a falsa impressão de unicidade e harmonia social. Tal aspecto é evidenciado no pensar meritocrático, que afirma que a falta de valorização ou a premiação indevida gerariam insatisfação e desestímulo e induziriam o sujeito à acomodação. Nesse sentido, o ideológico não é falso, mas parcial e ilusório, e por isso é tão eficaz.

Vale lembrar que esse processo será sempre dialético à medida que toda a produção material e imaterial é objetivada ou concretizada. Ela transforma a realidade material e os indivíduos que, ao subjetivarem-na, a transformam ao mesmo tempo. Essa ideologia pode ser considerada uma produção imaterial, dentro de conjuntos de ideias, conhecimentos, crenças e valores produzidos socialmente, constituídos a partir de bases materiais da sociedade construídas historicamente (Furtado; Svartman, 2009).

Do ponto de vista do indivíduo, concordamos com Lane (1989), para quem a ideologia vai sendo adquirida pelo sujeito desde seu nascimento, pela própria aprendizagem da língua materna, pois ao falar, a criança reproduziria os valores de seu grupo social. A própria linguagem é que seria a mediação ideológica, já que os significados das palavras são historicamente instituídos e, nesse processo, predomina o pensamento das elites, que detêm o poder e os meios de pensar e conhecer a realidade, explicando-as por premissas inquestionáveis. Assim, as contradições vivenciadas socialmente são escamoteadas por explicações dadas como absolutas ou universais. Esse sujeito, de forma invisibilizada, vai sendo levado a agir de forma a não perturbar a ordem social e manter o *status quo*.

Então, a partir do interesse de determinadas classes sociais, reforça-se como certo o bom comportamento nas famílias, nas escolas, nas

religiões e, posteriormente, no mercado de trabalho. Esses relacionamentos, dados desde o início da vida de cada um, vão criando conteúdos valorativos e afetivos com a voz da autoridade, tornando os valores intrínsecos ali como dados e inquestionáveis. Por esse processo, se reproduzem as relações sociais esperadas daquele grupo social.

Ao mesmo tempo, se a linguagem é um produto histórico, como veículo da ideologia de grupo, ela se torna necessária, no âmbito individual, para o desenvolvimento do pensamento. Assim, no plano da superestrutura, a ideologia acaba sendo articulada pelas instituições e no âmbito individual ela se localiza na história específica de cada sujeito. Daí a necessidade de considerar os discursos onde são articuladas essas representações e as atividades desenvolvidas por cada um.

É justamente por essas definições que podemos pensar que a meritocracia é compreendida popularmente como algo natural. Ao contrário disso, concordamos com Barbosa (1996), quando afirma que a meritocracia apenas reforça o sistema que privilegia os mesmos privilegiados e exclui os mesmos excluídos.

O raciocínio simplista de que mediante esforço e trabalho se colherá bons frutos baseia-se no véu ideológico de que o sistema capitalista neoliberal premiará quem merece. Por essa mesma lógica, a ausência de recompensas se dá pela ausência de mérito. É nesse sentido que a desigualdade social em alguma medida é naturalizada pela máscara da “justiça”. Aí está a ilusão, e não propriamente o falseamento. Quem ocupa um lugar de privilégio social, pertencente às elites ou às classes médias e, portanto, detém o que é reconhecido popularmente por sucesso financeiro, não necessariamente teve maior capacidade ou esforço do que os outros.

Isso não quer dizer que essas pessoas não se esforçaram em nenhuma medida, mas também não quer dizer que se esforçaram mais, ou que têm mais capacidade do que as pessoas de classes baixas. É dessa forma que a meritocracia pode ser definida como uma ideologia, e se apresenta de forma sofisticada na medida em que oculta as perversidades do sistema, em meio a uma lógica que se propõe totalizante e linear. A proposta proporcional de que quanto maior o privilégio social maior o mérito não dá conta da própria

estrutura que o sistema capitalista propõe. Não há espaço para que muitos sejam privilegiados, já que o objetivo básico desse sistema sócio-político-econômico é o acúmulo de capital. Se muito se acumula ali, muito falta aqui.

É por isso que se entende, ainda segundo Chauí (2017), que as estruturas ideológicas iludem, o que é diferente de falsear. A ilusão é composta pela abstração e inversão. Assim, se considera a sociedade aparente como natural e inquestionável, descaracterizando seu processo histórico. A inversão é trocar a causa pelo efeito, ou o resultado pelo começo do processo. Essa ilusão propicia a sensação de que o contexto social está dado de forma natural, e não é consequência de um processo histórico construído coletivamente pela humanidade. Esse conjunto de ideias ilusórias que aparecem em um sistema social, objetivo e exterior, vai sendo enraizado na mentalidade das sociedades, e vai se tornando um sistema subjetivo e interior, ao mesmo passo que também é exteriorizado em um constante movimento dialético.

A consciência, segundo Eagleton (1991), é um tipo de abstração e reificação das nossas formas efetivas de práticas discursivas. Então, a ideologia é menos que um conjunto particular de discursos, e mais os efeitos que esses mesmos discursos produzem. Isso quer dizer que a consciência está menos dentro de nós, e mais entre nós e ao redor de nós. Denota-se, assim, que ela é toda uma rede de significantes que nos constituem inteiramente. Logo, o discurso e a situação social estão intrinsecamente fundidos e isso determina a estrutura de uma elocução. A ideologia não é simplesmente o reflexo de uma base econômica, mas se empresta à materialidade da palavra e aos contextos discursivos a que se prende.

O sujeito que enuncia o discurso, no entanto, tende a esquecer que reproduz uma formação discursiva e ideológica, e se reconhece, equivocadamente, como autor único e exclusivo de seu próprio ideário.

Assim, os ideários passam a se constituir como ideologia quando há uma fixação do processo de significação, de forma que o sujeito possa se identificar com os discursos dominantes. Esse fechamento produz a estabilidade da ideologia, que, em alguma medida, repele as forças descentradas da língua em nome de uma unidade imaginária. Dessa forma, os mecanismos ideológicos reprimem o trabalho da linguagem, sufocando a pluralidade de produções de significações subjacentes que poderiam, outrora, subvertê-las.

Por esses motivos, podemos afirmar que a ideologia é mais uma questão de discurso, do que propriamente uma questão de linguagem, representando os pontos em que o poder tem impacto em certas enunciações. Ela mostra relações entre a enunciação e suas condições materiais de possibilidades, visando a reprodução de toda uma forma de vida social (Eagleton, 1991).

Desse modo, se naturaliza a sociedade tal como ela se apresenta, e se constrói a violência simbólica em sua perpetuação infinita. Nesse sentido, a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se as ideias de todas as classes sociais. Faz parte de suas funções tornar imperceptíveis as violências das injustiças e desigualdades sociais. E, para isso, precisa ocultar a divisão de classes, alicerçada na dominação e na exploração.

Ressalta-se aqui, no entanto, que não é um mero planejamento das classes dominantes espalhar e consolidar seus ideais, mas há certo movimento em que as ideias da classe dominante são pulverizadas e homogeneizadas com o senso comum, tal como vimos anteriormente, ou seja, a forma como os interesses burgueses foram revestidos pelo mascaramento do interesse de todos, havendo constante manutenção e atualização dessas mesmas ideias dos dominantes mantidas como as mesmas dos dominados, até a contemporaneidade.

Vale lembrar que não é necessariamente a origem das ideias que faz daquele ideário uma ideologia. Isso quer dizer que a classe dominante pode se apropriar do ideário surgido em outra instância social, e utilizá-lo para seu propósito na manutenção do *status quo* (Eagleton, 1991).

Pode-se refletir também a partir das referências aqui trazidas, que a meritocracia, como discurso homogeneizador, propõe que todos se adaptem às suas premissas, como se valessem, para todos, os corpos pertencentes ao sistema capitalista, a ideia de que quanto maior o mérito, maior o sucesso financeiro obtido. Esse conceito de sucesso contradiz, em certa medida, o conceito de privilégio, já que este último seria algo dado, enquanto o primeiro seria conquistado. Pela perspectiva do “sucesso”, não há exclusão ou desigualdade em nossa sociedade que não tenha se estabelecido pelo próprio comportamento de cada indivíduo.

Assim, percebemos que o ideário capitalista prevalece na lógica individualista, levando ao entendimento de que cada indivíduo faz seu próprio destino. Este é cunhado pelas escolhas de cada um, que se somam ao esforço e capacidade do sujeito. Tal ideologia se confirma pelo discurso lacunar na medida em que não sobra espaço para se refletir sobre o que está sendo feito, concretamente, em nossa sociedade. Essa lógica que inverte o real traz a sensação de que a sociedade é assim mesmo, e cabe a cada um de nós um mero processo de adaptação.

MERITOCRACIA NA DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE – IMPLICAÇÕES

A lógica instituída pela meritocracia é simplista e baseia-se na ideia de que o esforço de cada um é que o determinará seu sucesso. A contradição dessa ideia está inerente a esse mesmo discurso. Logo, se é o esforço individual que leva ao sucesso, é a falta dele que leva ao fracasso. Essa premissa, devidamente calcada na dimensão subjetiva da realidade (Furtado, 2011), condiciona crenças, valores e comportamentos que direcionam esse excesso de esforço no plano da ação, pelas cargas extensivas de trabalho, pela busca de outras formas de geração de renda, por investimento em educação etc. Junto com esse tipo de ações, por exemplo, estão inerentes crenças que circundam puramente o âmbito individual, e negligenciam as determinações sociais. O sistema neoliberal precisa continuamente alimentar essa dinâmica, pois reside aí a impotência do sujeito/sociedade para se debruçar sobre a transformação dessas mesmas condições sociopolíticas, e o grupo dominante nos aspectos econômicos e políticos continua permanecendo na posição de privilégios. E, falar desse grupo também é pensar nos privilégios que se estendem de geração em geração. Está aí certa determinação dada pelo lugar do nascimento, que não se mostra exatamente da mesma forma que no Antigo Regime por conter o evento do esforço individual. Mas, é justamente por esse ocultamento e ilusão da realidade que se pode chamar a meritocracia de ideologia.

Uma ideologia que, conforme nossa compreensão, tem em sua base um motor contraditório que condiciona o movimento dialético entre base

material e produções superestruturais, que é a luta de classes. Ao tratar dessa questão, Chauí (2017) não se refere apenas ao confronto violento que possa existir entre as classes dominantes e as dominadas, mas a todos os mecanismos de que se lança mão para a manutenção desses lugares, no campo do trabalho, da educação, na política e economia, e nas leis. Está localizada, de forma inerente a esse processo, a contradição, os mecanismos de manutenção junto à luta dos dominados contra a exploração e dominação, em protestos, greves, ocupações, sindicatos, economia solidária etc.

A história é história do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência. É história do modo como se reproduzem a si mesmos (pelo consumo direto ou imediato dos bens naturais e pela procriação), como produzem e reproduzem suas relações com a natureza (pelo trabalho), do modo como produzem e reproduzem suas relações sociais (pela divisão social do trabalho e pela forma da propriedade, que constituem as formas das relações de produção). É também história do modo como os homens interpretam todas essas relações, seja numa interpretação imaginária, como na ideologia, seja numa interpretação real, pelo conhecimento da história que produziu ou produz tais relações. (Chauí, 2017, p. 27).

As classes dominantes, no entanto, vão lançando mão de técnicas de controle social, materiais ou discursivas, que induzem os explorados à manutenção da desigualdade e dominação. Ainda, as bases materiais que mantêm esse tipo de controle social são relativas à coerção do econômico, ou seja, à habilidade do capitalismo em conceder benefícios tangíveis a pelo menos alguns de seus subordinados.

Isso leva à percepção de que não é apenas a ideologia que mantém o sistema funcionando de determinada maneira, mas, fundamentalmente, as bases materiais da sociedade. Os governos foram mais tolerados do que admirados, de forma que não foi necessária uma única ideologia que sustentasse o sistema como um todo. A ideologia, no entanto, naturaliza as leis dos sistemas, de forma que subverter ou revolucionar o sistema instituído pareça muito grandioso, muito difícil ou quase impossível (Eagleton, 1991). Assim, a consciência das classes oprimidas seria constituída tanto

pelos valores absorvidos de seus governantes, quanto por suas vivências cotidianas, traduzidas em suas singularidades, mas sempre compartilhadas em alguma medida.

Vale acrescentar ainda que a ideologia, para além de ser “como eu penso dentro da minha cabeça”, está posta e inscrita na situação. Por isso ela mora na estrutura e não nos corpos individuais. Ela faz parte da dimensão subjetiva da realidade.

É por essa apresentação de um contexto estruturado muito anteriormente à existência de cada indivíduo vivo, somada aos valores neoliberais, materiais e simbólicos, duramente postos na sociedade, que cada sujeito vai quase sempre se sentir fadado a perpetuar os mesmos valores. Nesse sentido, o cinismo expulsa a autoilusão genuína. Assim, se um sujeito não compactua, por exemplo, da privatização da educação, mas se depara com um mundo drasticamente excludente na educação pública, a probabilidade de ele colocar sua filha ou seu filho em uma escola privada, se tiver recursos econômicos, é maior. Nesse sentido:

Pode-se argumentar que o capitalismo avançado é o “jogo” autossustentado que, para nos manter no lugar, utiliza-se mais de suas técnicas materiais que de ideias, e que, entre essas técnicas, a coerção do econômico é muito mais eficaz que qualquer tipo de pregação (Eagleton, 1991, p. 48).

A meritocracia, em seu cerne, atua nesse jogo com a função de abafar essa luta e até mesmo qualquer conflito do sistema capitalista. Logo, se a luta de classes é a contradição inerente ao sistema capitalista, é com a ideologia que se buscará abafá-la. A ideologia da meritocracia, que inverte o aparente pelo real, tende a afirmar que o bom funcionamento da sociedade só ocorre quando cada um se esforça e trabalha para o progresso da nação. Nesse sentido, se todos trabalharem, segundo essa ideologia, todos serão recompensados. Descrever a premissa meritocrática de forma simplista auxilia a compreender como ela é por si só bastante reducionista.

Segundo esse viés, a explicação desde a desigualdade social, até a miséria, seria pelo mérito individual. Desconsidera-se, segundo essa premissa, os pontos desiguais de cada um, na sociedade contemporânea, ou entende-se que pelo fato de ser possível ascender, ainda que não seja

provável, o determinante para o sucesso é a própria pessoa. É nesse sentido que os condicionantes sociais são esquecidos e, por esse motivo, a meritocracia é a ideologia central também no neoliberalismo, colocando o véu ilusório sobre o real funcionamento social. Essa mediação ideológica é pautada nos valores e explicações meritocráticos, que são tidos como verdadeiros pela sociedade, mas objetivam reproduzir as reações sociais necessárias para a manutenção do *status quo*. Há pouco espaço aqui para se evidenciar a luta de classes, já que cada um assume que deve trabalhar de acordo com seus próprios interesses.

É aí que entra a alienação, que é quando a pessoa não se reconhece como sujeito produtor da história social, e toma suas obras como decorrentes de uma força estranha e exterior a ela, como se não houvesse relação. A alienação é a forma inicial da consciência dos sujeitos, que não se percebem como autores, produtores e transformadores da história. Nesse cenário, as ideias são tomadas de forma anterior, exterior e superior a práxis.

Porque estes encontram-se excluídos do direito de usufruir dos bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens. Em geral, o pedreiro que faz a escola e o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida. Essa é a contradição real, da qual a contradição entre a ideia de “direito de todos à educação” e uma sociedade de maioria analfabeta é apenas o efeito ou a consequência (Chauí, 2017, p.38).

Fica claro aqui que há condições materiais que visam garantir a absorção mansa da ideologia por um agente social. Além da explícita estratificação social, que fica destinada à classe trabalhadora, pois, após um longo dia de serviço, os sujeitos se sentiriam exaustos demais para se implicarem na vida política. Faltaria tempo e energia mental para se debruçarem sobre isso. Assim, podem acabar ficando tão fatalistas e apáticos que não percebem qualquer sentido nessas atividades, além do suposto medo de se oporem ao regime instituído (Eagleton, 1991).

A partir dessa realidade material, constitui-se uma dimensão subjetiva da realidade que oferece explicações, justificativas e valores de toda ordem para consolidar essa situação.

Martín-Baró (1996) afirma que a consciência seria o saber sobre si e sobre o mundo, que ultrapassa o âmbito mental e atinge a práxis pela transformação social das realidades objetivas. Para tanto, precisa estar necessariamente calcada no âmbito coletivo, sendo produto da história da sociedade.

Finalmente, a tomada de consciência aponta diretamente ao problema da identidade tanto pessoal como social, grupal e nacional. A conscientização leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente e a projetar tudo isso em um projeto pessoal e nacional (Martín-Baró, 1996, p.18)

Daí nos debruçarmos sobre a meritocracia como ideologia e a necessidade de transformação da materialidade que a constitui. O autor ressalta, ainda, que apesar de não ser o mero saber que muda a realidade, sem ele dificilmente se avançará sobre tais mudanças, já que se evidenciará o véu de justificativas, racionalizações e mitos para se naturalizar os condicionantes que são sociais.

O saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas esse saber inserido na práxis cotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado, enquanto adequado ou não às realidades objetivas, enquanto humaniza ou não as pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e povos de manter o controle de sua própria existência (Baró, 1996, p. 9)

Então, a ideologia da meritocracia, que se apresenta de forma sofisticada, possui o mesmo mecanismo de velar a realidade e apresentá-la de forma parcial e distorcida no cotidiano dos agentes sociais. Mas, para o mecanismo ideológico funcionar, é necessário que se valha da alienação das classes, que se encubram injustiças e desigualdades por qualquer explicação que legitime tais disparidades. A meritocracia foi o mecanismo construído e bem articulado para promover a aceitação desse modo de funcionamento social. Nesse ciclo dialético, em que a alienação e a ideologia se retroalimentam, entra a meritocracia, que se alicerça sobre a forma do “natural”, sobre o discurso de que “é assim que funciona”.

Não devemos encerrar essa reflexão sob a mera constatação desse mecanismo. É importante apontar as possibilidades de subvertê-lo e recordar que as ideologias não são tão puras quanto parecem, no sentido de haver um núcleo enrijecido de ideias passadas passivamente da classe dominante para a classe dominada. O mesmo fato de intervir na consciência daqueles que subjagam o outro, apropriarem-se de suas experiências, e as enviesarem, é o que torna a ideologia heterogênea e inconsistente em alguma medida. Para que uma ideologia seja bem-sucedida, ela deve se comprometer com as vontades e desejos do outro. Esse aspecto é o que a torna “passível de ser furada”. Ela não pode ser monológica (não deve se dirigir ao sujeito de forma autoritária), e ao ter que se apresentar de forma dialógica, ela só pode existir a partir da resposta do outro. “Se os oprimidos precisam estar bastante atentos para seguir as instruções dos governantes, são, portanto, suficientemente conscientes para poder desafiá-las” (Eagleton, 1991, p. 51).

Isso aponta, em alguma medida, para a possibilidade de transformar a ideologia através da desidentificação social. Para que isso ocorra, é necessária a luta política. Quando os sujeitos atuam na resistência política, eles se veem trazidos para o ímpeto anterior de tais conflitos, e confrontam os poderes dominantes. É possível aí que suas consciências políticas sejam alteradas. A teoria da ideologia tem algum valor por auxiliar no esclarecimento nos processos de libertação de tais crenças e valores (Eagleton, 1991).

Com essa compreensão, podemos analisar a dimensão subjetiva da realidade, compreendida na sua produção dialética, em relação com a objetividade da realidade e dos fenômenos sociais. E, por isso mesmo, compreendendo que alterações nessa dimensão, produzidas na contraposição aos valores e ideologia dominantes, podem contribuir para transformação das condições objetivas, podemos trabalhar nessa direção, de analisar a dimensão subjetiva e propor formas de intervir também nesse âmbito da realidade social.

REFERÊNCIAS

- Abrantes, C. G., & Enéas, M. L. E. (2018). Surgimento de sintomas relativos à pós-modernidade no contexto terapêutico. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, 2(1), 105-120.
- Barbosa, L. (1996). Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, 47(3), 58-102.
- Barbosa, L. (2014). Meritocracia e sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 54 (1), 80-85.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *Psicologia sócio-histórica*, Cortez (3).
- Brown, W. (2019). Nas ruínas do neoliberalismo – A ascensão da política antidemocrática no ocidente. *Filosófica Politeia*.
- Chauí, M. (2017). O que é ideologia. *Brasiliense*.
- Eagleton, T. (1997). Ideologia. *Unesp*.
- Furtado, O. (2011) – Trabalho e Solidariedade. *Cortez Editora*.
- Furtado, O., & Svartman, B. (2009). Trabalho e Alienação In: Bock, A.M.B. e Gonçalves, M.G.M. (Orgs) A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica. *Cortez*.
- Gonçalves, M.G.M. (2007) A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In Bock, A.M.B; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O.(Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Cortez (3).
- Gonçalves, M.G.M. (2010). Psicologia, subjetividade e políticas públicas. *Cortez*.
- Lane, S. (1989.) As categorias fundamentais da psicologia social. *Psicologia social: o homem em movimento*. Brasiliense.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

Recebido em 31/05/2021

Aceito em 12/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.